

Apontamentos do movimento ambiental e desenvolvimento sustentável

Paulo Bassani

Universidade Estadual de Londrina

Londrina, PR

Pedro Henrique Carvalho Carpigiani

Universidade Estadual de Londrina

Londrina, PR

Resumo: Na formação do movimento ambientalista, as Conferências Internacionais realizadas desde o final da década de 1960, através do Clube de Roma, até os dias atuais, com as Conferências das Partes – COP, há uma tentativa de colocar nas agendas dos países e da humanidade um alerta demonstrando a preocupação e a necessidade de mudanças do pensar e do atuar desenvolvimentista com novas propostas que aproximem a relação sadia do homem com a natureza.

Palavras-chave: Meio ambiente. Movimento ambiental. Conferências ambientais. Desenvolvimento sustentável.

Abstract: In shaping the environmental movement, the International Conferences held since the late 1960's through the Club of Rome to the present day with the Conferences of the Parties - COP is an attempt to put on the appointment book of the countries and humanity an alert showing the concern and the need for changes in developmental thinking and acting with new proposals that will bring a sound relation between man and nature.

Keywords: Environment. Environmental movement. Environmental conferences. Sustainable development

Prólogo

Nesta primeira década do novo século, em que o planeta vem passando por alguns processos de mudança, esse tema, da questão ambiental tenta mostrar as relações entre homem/natureza. Hoje, nesta fase da modernidade, essa questão ganha novos contornos em suas referências e análises pois, a motivação para estudos com essa abordagem vem ocupando maiores espaços na academia, e nos Institutos de Pesquisa, debatendo nos movimentos ambientais e nas praticas sustentáveis correspondentes.

Este estudo resultou da produção de estudos do Grupo de Estudos Avançados sobre o Meio Ambiente GEAMA, vem desenvolvendo. Dessa forma, veremos os desdobramentos e mudanças que aconteceram para essa nova concepção de desenvolvimento, do modo de produzir e de consumir.

A primeira parte tratará da formação do desenvolvimento sustentável e do movimento ambiental historicamente, de como nasceu e se desenvolveu a preocupação da interação do homem com o meio em que habita através de conferências e encontros internacionais ao redor do mundo.

A segunda parte dedicará ao crescimento do movimento ambientalista ao redor do mundo, de como ele cresceu a partir do ideário ecológico por pessoas inseridas no movimento contracultura da década de 60.

Processo Histórico

Neste início de estudo, faremos um breve relato histórico de como o movimento ambiental surgiu e foi ganhando espaço em debates ao longo dos anos e também, de como surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável ao longo desse processo.

A conscientização ambientalista ocorre paralelamente ao aumento das denúncias sobre os problemas ambientais ocasionados pela ação do homem sobre o meio em que habita. Esse processo se desencadeou rapidamente, fazendo com que surgissem grandes encontros e conferências internacionais, para discutir as inúmeras formas de interação entre homem/natureza.

Serão enumeradas as principais conferências e encontros realizados ao longo dos anos, tentando demonstrar quais foram alguns dos temas centrais de cada uma, desde o Clube de Roma até as Conferências das Partes que acontecem anualmente, a partir de 1995, para discutir, entre outros temas, as mudanças e o aquecimento global.

O desenvolvimento sustentável surge como uma resposta ao modo de desenvolvimento dominante, configurando-se como uma proposta de um paradigma ambiental, que já nos anos de 1970 vinha sendo discutido e que, ao passar dos anos, ganhava mais corpo e forma.

Clube de Roma

O clube de Roma surgiu no final da década de 60, mais especificamente em 1968, fundado por Aurélio Peccei, industrial e acadêmico italiano. O clube é uma instituição sem fins lucrativos, formado por cientistas, industriais,

políticos e outras lideranças, com a preocupação de analisar e discutir os principais problemas. Diante do globo terrestre, nasceu um conceito chamado *World Problematique* (Problemas do Mundo), que se tornaria um catalisador de mudanças globais, colocando o crescimento como objetivo principal, a fim de analisar e discutir os seus limites. Aborda os seguintes temas globais: meio ambiente; demografia; desenvolvimento; trabalho no futuro; governança; valores; sociedade da informação; novas tecnologias; educação; sociedade global; economia e pobreza.

Estes elementos, aparentemente, divergentes da ‘problemática mundial’ têm três características em comum: ocorrem até certo ponto em todas as sociedades; contém elementos técnicos, econômicos e políticos; e, o que é mais importante, atuam uns sobre os outros. (MEADOWS, 1972, p. 11)

No ano de 1972, em Massachusetts, o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), surge o estudo *Os Limites do Crescimento* e, segundo McCormick (1992, p. 87), “[...] cinco fatores básicos foram identificados como determinantes e, em última análise, limitadores do crescimento: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição.”

O Clube se orienta por três princípios básicos: na interdependência das nações nas resoluções de problemas; no pensamento holístico dos problemas em longo prazo; e na multidisciplinaridade na análise de soluções para as futuras gerações.

O dilema da humanidade é que o homem pode perceber a problemática e, no entanto, apesar de seu considerável conhecimento e habilidades, ele não compreende as origens, o significado e as correlações de seus vários componentes e, assim, é incapaz de planejar soluções eficazes. Fracasso que ocorre, em grande parte, porque continuamos a examinar elementos isolados na problemática, sem compreender que o todo é maior do que suas partes; que a mudança em um dos elementos significa mudança nos demais. (MEADOWS, 1972, p.11)

A partir desses princípios, observamos a dependência e interdependência das pessoas e nações, a fim de existir um conhecimento total, a começar pela sua base, com o propósito de conhecer as causas e consequências dos problemas futuros, sejam eles de âmbito antrópico ou físico.

As conclusões do Clube de Roma, apontavam que mantidas as tendências, já descritas, até o ano 2000 haveria um sobrecarregamento no

sistema global, gerando um colapso. Isso reforçava a tese da necessidade de controlar o crescimento da população e do capital industrial global, ou seja, “[...] as raízes da crise ambiental residiam no crescimento exponencial.” (McCORMICK, 1992, p.88).

Dessa forma os estudos realizados pelo Clube de Roma, tornam visíveis que a temática ambiental passa a fazer parte da agenda tanto da comunidade técnica quanto da científica, tornando público que o desenvolvimento deveria ser limitado devido à quantidade limitada de recursos naturais.

Conferência da Biosfera

Em setembro de 1968, sediada em Paris, ocorre sob a coordenação da UNESCO, a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera (Conferência da Biosfera), tendo como principal objetivo discutir o impacto do homem sobre a biosfera, bem como os efeitos da poluição do ar e da água, o excesso de pastagens e a drenagem das *wetlands*¹. Tal Conferência chegou a algumas conclusões como a: de que os países haviam atingido um nível crítico em relação às mudanças ambientais; era necessário mudar o modo tradicional de desenvolvimento e do uso indevido de recursos naturais; adesão das ciências sociais na administração de recursos, juntamente com as ciências naturais e a tecnologia; surgimento de novas pesquisas tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, já que não existe solução universal para os problemas da biosfera.

A conferência chegou a um acordo de 20 recomendações, das principais:

As oito primeiras em relação à necessidade de mais e melhores pesquisas sobre os ecossistemas, ecologia humana, poluição e recursos genéticos e naturais, e sobre a necessidade do desenvolvimento de práticas de inventário e monitoração de recursos. As recomendações de 9 a 13 defendiam a necessidade de novos enfoques para a educação ambiental [...] A recomendação 19 percebia a necessidade de levar em consideração os impactos ambientais dos projetos de desenvolvimento de grande escala. (McCORMICK, 1992, p.98)

As 20 recomendações defendiam e previam a criação de um novo programa de pesquisa sobre o homem e a biosfera, então em novembro de

¹ Termo utilizado para caracterizar ecossistemas que ficam parcial ou totalmente inundados, pântanos ou várzeas dos rios.

1971, é finalmente lançado o programa Homem e Biosfera (*MaB – Man and Biosphere*).

Conferência de Estocolmo

A Conferência de Estocolmo foi organizada pelas Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente Humano, em junho de 1972. Foi, sem dúvida, um marco na consolidação e no crescimento do ambientalismo ao redor do mundo, pois foi a primeira vez que os problemas sociais, políticos e econômicos do meio ambiente foram tratados em um fórum intergovernamental objetivando ações corretivas. “Ainda que o conceito de meio ambiente humano tenha emergido antes da conferência, foi a ênfase sobre esse tema que distinguiu Estocolmo das reuniões internacionais de mesmo nível que a antecederam.” (McCORMICK, 1992, p.105)

Esse fórum das Nações Unidas resultou diretamente na formação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), trazendo para a esfera política e global dos anos 70 o debate entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Estabelecido em 1972, o PNUMA tem entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para aumentar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das futuras gerações. (Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php> Acesso em: 8 jun 2010)

Dessa conferência participaram 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e outras 400 organizações tanto intergovernamentais como não-governamentais. A União Soviética e outros países do Leste Europeu não compareceram à conferência como forma de protesto contra a ausência da Alemanha Oriental, já que ela não era membro das Nações Unidas e não havia sido credenciada.

O maior destaque da conferência, assim como o maior avanço, está na nova percepção em relação à postura dos países menos desenvolvidos, pois existia uma preocupação deles de que o encontro fosse uma tentativa para breçar seus respectivos desenvolvimentos, vendo que eles entendiam a fumaça vinda das chaminés das indústrias como uma constatação do desenvolvimento industrial, ou seja, a tentativa de controlá-la seria uma restrição para o desenvolvimento. Podemos ver, então, com esse exemplo que

a preocupação dos países do terceiro mundo era com que os fatores ambientais não interrompessem ou breçassem o crescimento econômico.

O ponto de vista dos países menos desenvolvidos dominou as discussões em quase todos os assuntos e forçou os ambientalistas ocidentais a abandonar o provincianismo e a começar a ver os problemas ambientais numa perspectiva global. (McCORMICK, 1992, p.106)

A Conferência de Estocolmo ficou marcada também pela elaboração de uma declaração, de uma lista de princípios e, por final, de um plano de ações. Podemos considerar esse encontro como uma extensão da Conferência da Biosfera, que foi, de certa forma, deixada de lado em primeiro caso por seu impacto, tanto público quanto político, ter sido menor que a de Estocolmo, mesmo esta visando aprofundar os temas que foram discutidos em Paris anos antes. Assim, essa declaração de princípios foi feita para ser levada de forma a inspirar as pessoas a aprofundarem argumentos fundamentais para o meio ambiente humano, a fim de traçar metas e objetivos amplos.

Esboço da Sustentabilidade a partir de Arne Naess

A teoria da ecologia profunda foi proposta pelo filósofo e ecologista norueguês Arne Naess, em 1973, como um meio de resposta à visão dominante no uso dos bens comuns e recursos naturais. Podemos dizer que essa teoria é um ramo da filosofia ecológica, cujo principal pensamento é o de propor mudanças no âmbito cultural, social, político e econômico.

Nessa oposição à ecologia superficial, em que o homem visa apenas à preservação do meio ambiente, por causa de sua importância para o ser humano, faz com que ele coloque-se como antropocêntrico, centro do mundo, e a preservação dos recursos naturais acaba por ser um recurso para o seu próprio bem estar, visando assim aos seus próprios interesses.

A abordagem da ecologia profunda à mudança social centra-se na transformação ao nível de *consciência individual*. A necessidade primordial é que cada indivíduo modifique atitudes, valores e estilos de vida dando ênfase ao respeito e à cooperação pacífica com a natureza. Quando um número de pessoas fizer isto, todas as sociedades se modificarão. (PEPPER, 1996, P.38)

E quando temos uma visão total e compreensiva da situação humana e individual, Naess chama de *ecosofia*, junção das palavras ecologia e filosofia,

tem como uma de suas idéias centrais a não separação do eu e do mundo, em que cada ser humano objetiva a sua autorrealização, implicando o homem contemplar a diversidade de modos de agir, pensar, fazer, etc.

Enquanto os ‘ecologistas superficiais’ consideram os seres humanos e a natureza estão separados, e que os seres humanos são mais importantes, os ecologistas profundos rejeitam qualquer separação eles reivindicam uma ‘*perspectiva de campo total*’, em que todos os seres vivos são parte de Gaia, e tem valor intrínseco. (PEPPER, 1996, p.40, grifos no original)

Podemos perceber, a partir desse entendimento, sobre a ecologia profunda, que se deve ter um zelo, cuidado, e envolvimento de carinho com o próximo.

O que opõe, ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um *ato*; é uma *atitude*. Portanto, abrange mais que um *momento* de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. (BOFF, 1999, p.33, grifos no original)

Com isso, entendemos que Naess, quando elaborou a teoria da ecologia profunda, sugeriu que o homem está incluído no meio ambiente e precisa levar em conta a autorrealização dos outros indivíduos.

Relatório Brundtland

O Relatório Brundtland foi lançado em 1987, com o nome oficial de *Nosso Futuro Comum*, elaborado a partir do resultado de um trabalho da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada pela ONU, entre os anos de 1983 a 1987, com reunião inaugural em Genebra. Seu fim foi o de determinar tanto as suas normas de procedimento como de ação, e também nomear um secretário-geral para encaminhar os trabalhos. Foi presidida por Gro Harlem Brundtland (nome da qual se origina o relatório final), política, diplomata e médica norueguesa; e pelo vice-presidente Mansour Khalid, presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1972 e Vice-Primeiro Ministro sudanês em 1976, composta também por 250 ONGs e cientistas de diferentes países e 113 chefes de Estado.

A comissão surge em uma época em que as pressões sobre o meio ambiente assumem e refletem proporções em que o futuro do ser humano está se tornando de previsões pessimistas, partindo de uma abordagem

que diz respeito sobre a complexidade que causa e dá origem a problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade como um todo. Com isso, o Relatório Brundtland chama à atenção para uma nova postura ética em relação à preservação e a manutenção do meio ambiente, não somente reforçando as relações entre economia, tecnologia, sociedade e etc. Caracteriza-se, assim, o desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações como na sociedade de nosso tempo.

A manutenção de um meio ambiente sadio impõe graves problemas a todos os países quando se trata diretamente do desenvolvimento. Meio ambiente e desenvolvimento não representam desafios distintos, pelo contrário, estão fortemente interligados. Sabemos que o desenvolvimento não se mantém, se na base os recursos naturais estão deteriorados ou escassos, com isso o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não levar em conta as consequências da intensificação da degradação ambiental.

Com o surgimento dessa nova preocupação, a de manter um ambiente sadio para as futuras gerações, surge, a partir dessa comissão da ONU, a idéia e o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo o Relatório Brundtland (1988, p.46), o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.”

Podemos observar que não existe apenas um conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório Brundtland.

O desenvolvimento sustentável é mais que crescimento. Ele exige uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matérias-primas e energia, e mais equitativo em seu impacto. Tais mudanças precisam ocorrer em todos os países, como parte de um pacote de medidas para manter a reserva de capital ecológico, melhorar a distribuição de renda e reduzir o grau de vulnerabilidade às crises econômicas. (*ibidem*, p.56)

Fica claro o surgimento de uma nova visão da relação homem/natureza, tratando-se na ótica do desenvolvimento e crescimento, mostrando que não existe um limite mínimo para se ter um bem estar social, mas sim que existe um limite máximo para a utilização e exploração dos bens naturais, já que estes são finitos. Por isso, uma série de medidas devem ser adotadas em prol do desenvolvimento sustentável em âmbito nacional e internacional, dentre as quais temos: limitação do crescimento populacional, garantia em longo prazo

dos recursos naturais, desenvolvimento de fontes energéticas renováveis e diminuição do consumo de energia, preservação da biodiversidade, controle da urbanização desordenada, término das guerras, implementação de um programa de desenvolvimento sustentável pela ONU, entre outras.

Essa comissão propõe uma forma de desenvolvimento que não agride o meio ambiente com o propósito final de não sermos os mais prejudicados. Se posta uma sociedade motivada e mobilizada, com um caráter propositivo, para poder questionar e propor novas formas de desenvolvimento a partir da ideia e do conceito sugeridos pelo Relatório Brundtland de desenvolvimento sustentável, assim, tenta conciliar três aspectos: desenvolvimento econômico, preservação ambiental e bem estar social.

O tema comum a essa estratégia do desenvolvimento sustentável é a necessidade de incluir considerações econômicas e ecológicas no processo de tomada de decisões. Afinal, economia e ecologia estão integradas nas atividades do mundo real. Para tanto será preciso mudar atitudes e objetivos e chegar a novas disposições institucionais em todos os níveis. (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1988, p.67)

Algumas atitudes e objetivos para essa mudança no modo de desenvolvimento serão vistas mais a frente.

Eco-92

A Cúpula da terra, mais conhecida também como Rio ou Eco-92, foi uma Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), e que, de acordo com Barbieri (2008), “iniciou um novo ciclo de conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente no âmbito da ONU”, realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, com a presença maciça dos chefes de Estado.

Eco-92 é denominada para designar dois eventos simultâneos: a CNUMAD, já citada acima, e a Conferência da Sociedade Civil Global sobre o Meio Ambiente, o Fórum Global.

O Fórum Global foi levado como contrapartida, uma conferência paralela, pois, diferentemente da promovida pelas Nações Unidas, esta outra teve como objetivo reunir Organizações Não Governamentais (ONGs), participantes de diferentes movimentos sociais e pessoas que estivessem aptos a pagar e participar desse encontro, que visavam formular um projeto alternativo voltado para a sociedade civil, questionando assim o atual modelo

de desenvolvimento vigente, marcado tanto pela injustiça social como pelo desequilíbrio ecológico.

Essa conferência acabou por consagrar a ideia e o conceito de desenvolvimento sustentável, em que um dos principais resultados, senão for o principal da Eco-92, foi a elaboração da Agenda 21 global, documento este onde 178 países participantes da CNUMAD acordaram e assinaram este programa de ação se comprometendo então a uma tentativa em escala planetária deste novo padrão de desenvolvimento, proposto anos antes no Relatório Brundtland, o conceito de “desenvolvimento sustentável”. O próprio nome usado para designar o documento foi proposital em um desejo de mudança para o século XXI com essa nova ideia de desenvolvimento.

Esta agenda 21, transformada em programa 21, pela ONU, é um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Ela é uma espécie de consolidação de diversos relatórios, tratados, protocolos e outros documentos elaborados durante décadas na esfera da ONU. (BARBIERI, 2008, p.61.)

Outro ponto importante da CNUMAD foi a elaboração da Carta da Terra, que, assim como a agenda 21, busca para o século XXI, uma sociedade global justa e sustentável. Esse documento inspirou a interdependência global, e teve o projeto inicial com as Nações Unidas, mas o seu desenvolvimento e finalização se deu por conta da sociedade civil que divulgou o resultado de sua conclusão no ano 2000.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacionalmente legalizado e contratual sobre o ambiente e o desenvolvimento. (Disponível em <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/txt.html>> Acesso em: 15 set 2010)

A Carta da Terra, em sua breve declaração de princípios, visa refletir os valores universais com uma linguagem abrangente que sirva para ser compartilhada entre culturas, povos de todas as raças, instituições, Estados, etc. Com isso, o documento aborda quatro principais tópicos: “[...] respeitar e cuidar da vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não violência e paz”.

Além da elaboração da agenda 21 e de começar a esboçar a Carta da Terra, outros documentos oficiais foram aprovados na mesma Conferência, assim como: Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que teve como idéia inicial elaborar a Carta da Terra que, por fim, apenas reafirma e amplia a declaração de Estocolmo; Declaração de Princípios sobre Florestas que, por sua vez, combatia o desmatamento; Convenção sobre Mudanças Climáticas, que visava diminuir os gases (CO₂, CFCs, óxido nitroso, metano e ozônio) que produziam o efeito estufa, levando como base os níveis de 1990 até o final do século; e a Convenção da Biodiversidade, a qual objetivava a diversidade biológica, transferência de tecnologias, e outros.

Protocolo de Kyoto

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC), conhecida como Protocolo de Kyoto, a COP-3 (Conferência das Partes), constituiu-se como um tratado internacional em uma tentativa de enrijecer os debates quanto à emissão dos gases que causam e agravam o efeito estufa, um dos causadores do aquecimento global, segundo os cientistas, sobretudo os do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (em inglês IPCC), órgão das Nações Unidas, criado em 1988, com a preocupação de que a atuação do homem estaria exercendo uma forte influência na mudança climática. Desde então, o IPCC adverte sobre esses riscos com pareceres técnicos, publicando o primeiro em 1990, que acabou por reunir argumentos favoráveis à criação dessa Conferência realizada em Kyoto.

A CQNUMC surgiu por causa dos impasses gerados devido à crítica de diversas ONGs durante a convenção sobre mudanças climáticas que se realizou na Eco-92. Tais impasses surgiram porque tais ONGs reclamaram da falta ou ausência de prazos e compromissos que visassem à redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa. Com isso, estabeleceu-se a realização de uma Conferência para tratar de questões específicas, um ano após a convenção ser ratificada por 50 países. No curso da história, em 1995, é realizada uma Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas, a COP-1, que assim como previsto era para serem feitas ações e medidas para a redução dos gases causadores do efeito estufa, mas mais uma vez deixou a desejar, e adiou tais medidas. Com isso, foi criado um grupo de trabalho para preparar um protocolo para, a partir de 1997, dar-se

a sua implementação, devido à oposição de alguns países industrializados, principalmente dos Estados Unidos.

O Protocolo de Kyoto foi aprovado em 1997, tinha em vista à redução dos gases causadores do efeito estufa, pelos países incluídos no anexo I, os países desenvolvidos, para pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990, para ser validado entre os anos de 2008 e 2012. Assim, pode ser lido no protocolo em seu Artigo 3º, inciso I.

As partes incluídas no Anexo I devem, individual ou conjuntamente, assegurar que suas emissões antrópicas agregadas, expressas em dióxido de carbono equivalente, dos gases de efeito estufa listados no Anexo A não excedam suas quantidades atribuídas, calculadas em conformidade com seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões descritos no Anexo B e de acordo com as disposições deste Artigo, com vistas a reduzir suas emissões totais desses gases em pelo menos 5 por cento abaixo dos níveis de 1990 no período de compromisso de 2008 a 2012. (Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_quioto.php> Acesso em: 27 set 2010.)

As metas enquadram-se somente para os países desenvolvidos, isso não quer dizer que os países subdesenvolvidos devam se isentar desses compromissos na questão da redução da emissão dos gases, pelo contrário, devem fazer valer a implementação dos compromissos e ainda podem se favorecer-se dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O Protocolo de Kyoto criou mecanismos de flexibilização para facilitar o cumprimento das metas estabelecidas para os países desenvolvidos, permitindo, por redução de emissões resultantes de projetos implementados em conjunto em qualquer setor da economia (Art. 6), permitindo desse modo, a criação de títulos de redução de emissões. Além disso, foi criado o mecanismo de desenvolvimento limpo (CDM, do inglês, *clean development mechanism*) pelo qual os países não incluídos podem se beneficiar de projetos que resultem em reduções certificadas de emissões (Art. 12). (BARBIERI, 2008, p. 56)

Criado em 1997, o Protocolo de Kyoto, entra finalmente em vigor a partir de 2005, tendo seu término previsto para 2012. Um Protocolo que muito foi debatido, ao mesmo tempo ocorreu o reconhecimento de sua importância, mas a aplicabilidade por parte dos países que mais poluem tornou-se um problema para sua efetivação, visto que poderia colocar em cheque os modelos de desenvolvimento em curso em seus países.

As Conferências das Partes

A Conferência das Partes, a chamada COP, é fruto da Conferência-Quadro das Nações Unidas, decide sobre aplicações e funcionamento das diretrizes do tratado, assim como a implementação de mecanismos previstos e cumprimento das metas estabelecidas. Cada COP leva o nome da cidade onde são realizados os encontro anuais, visando discutir a mudança do clima e revisão dos acordos. Os resultados dependem das negociações dos países participantes, conhecidos como partes. Desde 1995, em Berlim, a dezembro de 2010 em Cancun no México, ocorreram 16 Conferências que, de forma geral, tentaram encontrar um denominador, para que os países signatários cumprissem com seus compromissos de diminuição da emissão de gases.

A última no México, com a participação de mais de 190 países, foi fechado um acordo modesto que, entre outras medidas, prevê a criação de um fundo², para ajudar os países em desenvolvimento a incorporarem práticas no combate das mudanças climáticas. Entretanto, adia por mais um ano a criação de um mecanismo legal, para forçar países como Estados Unidos e China a reduzirem a emissão de gases.

Além desses dois países, o acordo propõe que outros países ricos cortem suas emissões nos percentuais prometidos um ano antes e determina que países em desenvolvimento estructurem projetos, para cortar as emissões num esforço mundial para limitar o aquecimento global em menos de dois graus centígrados acima dos níveis pré-industriais.

Esse breve histórico sobre as grandes Conferências ajuda a compreender como e porque começou a difusão da questão ambiental, assim como o significado do ambientalismo, quando a relação homem/natureza se viu ameaçada pelo modo de produção vigente, tendo em vista a preocupação em propor uma nova idéia de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável.

O movimento ambientalista/ecológico: algumas dimensões

O começo da preocupação com o meio ambiente e o início de um movimento ambientalista ao redor do mundo for no começo da década de 60, mais especificamente em 1962, com Rachel Carson, autora de a *Primavera*

² Fundo Verde que financie os países em desenvolvimento. Esse fundo deve estar dotado de US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020, segundo o fixado na cúpula anterior, de Copenhague, na Dinamarca.

Silenciosa. Logo no começo de seu livro, Carson (1969, p. 15) já diz “o Homem adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza do seu mundo”.

E acrescenta ainda o aumento da capacidade do homem modificar, destruir, e contaminar o meio ambiente de forma até mesmo irreversível em uma esfera global.

Durante o passado quarto de século, esta capacidade não somente aumentou até atingir inquietante magnitude, mas também se modificou quanto ao caráter. O mais alarmante de todos os assaltos contra o meio ambiente, efetuados pelo homem, é representado pela contaminação do ar, da terra, dos rios e dos mares por via de materiais perigosos e até letais. Esta poluição é, em sua maior parte, irremediável; a cadeia de males que ela inicia, não apenas no mundo em que deve sustentar a vida, mas também nos tecidos vivos, é, em sua maior parte irreversível. Nesta contaminação, agora universal, do meio ambiente, as substâncias químicas são os parceiros sinistros e pouco reconhecíveis, das radiações, na tarefa de modificação na própria natureza do mundo – da própria natureza de vida que palpita nele. (CARSON, 1969, p. 15-16)

A preocupação da autora, já passando da metade do séc. XX, foi com uma possível transformação negativa feita pelo homem no ambiente em que habita e que, mais do que isso, não possa ser revertida, podendo, assim, afetá-lo de forma direta por causa do uso indevido de substâncias para controlar certas pragas indesejadas nas plantações. Pensa que o homem, um ser inteligente, pode querer colocar a própria vida em risco, assim como a de todo, o meio ambiente, para exterminar espécies não-desejadas danosas à produção de alimento.

O movimento ambientalista pode ser dividido por partes, cada uma delas surgida em uma década. A primeira pode ser posta aqui como o surgimento da preocupação ambiental, por grande parte da população civil e organizações não-governamentais, às quais pode ser atribuída a responsabilidade do surgimento do movimento ecológico e idéias de autogestão na década de 60, com a chamada revolução ambiental norte-americana, após a divulgação do livro de Rachel Carson. Na segunda parte, década de 70, podemos ver o nascimento do movimento ambientalista global e sua institucionalização, começando assim a atuação dos governos que acabam por colocar o ambientalismo em outro patamar, sendo um marco para o movimento, assim como o surgimento do *Greenpeace*, responsável pela popularização das questões ambientais. Em 1973, surge uma teoria como uma resposta à conferência de Estocolmo,

a teoria da ecologia profunda, propondo basicamente uma idéia de relação de respeito e pertencimento entre homem e natureza. São duas décadas na qual emergiram diferentes agências de diversas origens vinculadas ao meio ambiente. (LEIS; D'AMATO *apud* MONTIBELLER-FILHO, 2008).

As décadas de 80 e de 90 são marcadas, como já apontado, respectivamente, pelo surgimento de uma nova teoria de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável. No relatório proveniente da Comissão Brundtland e da Eco-92, dá-se início à preocupação com o aquecimento global, evidenciado pelo Protocolo de Kyoto, COP-3, em 1997, o qual visava à redução dos índices de emissão dos gases causadores do efeito estufa.

Podemos assim definir o ambientalismo como um conjunto de ações tanto teóricas como práticas que, a partir de processos históricos, tem como finalidade a preservação da natureza na qual haja um pensamento de pertencimento, respeito e proteção dos homens em relação ao seu ambiente e não de separação, dominação e exploração como em grande parte dos casos se veem.

O papel histórico do ambientalismo na política mundial não deriva, portanto, de uma teoria ou ideologia particular, nem da ação instrumental de atores governamentais, não-governamentais ou de qualquer outro tipo (embora algumas ações e ideologias possam ser bastante relevantes em determinadas conjunturas). Num sentido forte, o ambientalismo se caracteriza pela emergência histórica de imagens, valores, conhecimentos, dilemas, intimamente vinculados com a condição humana na sociedade contemporânea, os quais têm a singular capacidade de influírem decisivamente na vida social como um todo, apesar de não terem a mesma influência na definição de comportamentos ou políticas pontuais. (LEIS, 1999, p.227)

O ambientalismo é marcado por sua abordagem que busca soluções da problemática social e ambiental na sociedade capitalista, com uma característica marcada de exigência de novas posturas diante do quadro das relações entre os países, já que grande parte dos problemas ambientais tendem a extrapolar as fronteiras geopolíticas, deixando exposta a necessidade de uma política ambiental global.

A política internacional frente ao movimento ambiental tem sido marcada por uma visão realista de Hobbes, que vê o antagonismo entre os Estados no mundo moderno como natural.

[...] mesmo que jamais tivesse havido um tempo em que os indivíduos se encontrassem numa condição de guerra de todos, de qualquer modo em todos os tempos os reis, e

as pessoas dotadas de autoridade soberana, por causa de sua independência vivem em constante rivalidade, e na situação e atitude dos gladiadores, com as armas assestadas, cada um de olhos fixos no outros; isto é, seus fortes, guarnições e canhões guardando as fronteiras de seus reinos, e constantemente com espiões no território de seus vizinhos, o que constitui uma atitude de guerra. (HOBBS, 1997, p. 110)

O termo hobbesiano é usado para definir a realidade internacional como ela é, ou seja, um palco de disputas entre os Estados que buscam basicamente a sua sobrevivência e a realização de interesses nacionais. Como são unidades políticas autônomas, não há regulamentação que discipline suas condutas ou tampouco uma legislação geral aplicável a todos os Estados que esteja acima de sua soberania.

Diferente da visão realista de Hobbes, há o idealismo de Hugo Grotius, o qual diz que o antagonismo não deveria ser a base das relações internacionais, deve-se evitar os conflitos através do uso da razão e da cooperação.

Para Grotius, existe um direito natural que tem de regular os negócios entre as nações, exatamente como existe o direito natural que deve obrigatoriamente limitar o poder do Estado sobre os seus cidadãos. Este direito natural pode ser percebido pela razão instruída, e tanto na política doméstica quanto na internacional deve necessariamente servir como elemento frenador no exercício do poder político. (ANDERSON, 1977, p.47)

Ao longo dos tempos modernos, a política internacional tem seguido as características da primeira teoria, a realista, em que cada país age soberanamente, buscando garantir politicamente a maior vantagem sobre outros países na utilização de seus recursos naturais e serviços ambientais. O movimento ecológico, pelo contrário, necessita de uma nova postura que contemple a teoria grotiana. Na medida em que cresce a economia de mercado interdependente é a ela atribuída, inversamente proporcional, a crise ambiental e social global.

A modernidade traz consigo novos paradigmas para o movimento ambientalista na busca por sanar essas incertezas surgidas nesse movimento, visando renovar e/ou criar outros valores científicos.

Para ultrapassar as incertezas e as ambiguidades do movimento ecológico, basta compreender como ele é apenas um elemento particularmente visível de um movimento mais profundo que repõe em causa o conjunto dos valores da modernidade. As respostas que a ecologia não traz, é em outros lugares que elas devem ser procuradas, no renovamento da filosofia política, na emergência de uma nova filosofia da natureza, na eclosão de um novo paradigma científico. (DUPUY, 1980, p.89)

O desenvolvimento sustentável torna-se hoje um padrão normativo do movimento ambientalista, o qual produziu um conjunto de protocolos, princípios, declarações, e consensos sugeridos pelas diversas conferências e fóruns internacionais ao redor do globo em relação ao meio ambiente. A ecologia surge como uma crítica global e radical do modo de produção capitalista. Uma situação que abre um leque discursivo e prático para todos que estudam esta questão, mas sobretudo com o determinação necessária, para enfrentar os desdobramentos que veremos nas próximas décadas.

Referências

ANDERSON, T. J. Natureza do Estado. *Introdução à ciência política*. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças na agenda 21*. - 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. - 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. - 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARTA DA TERRA. Disponível em <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/txt.html>> Acesso em: 15 set 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. - 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

LEIS, Hector Ricardo. *A Modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Florianópolis: UFSC, 1999.

McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso*. Rio de Janeiro: Relume – Dumara, 1992.

MEADOWS, Dennis *et. al.* *Limites do Crescimento*: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O Mito do desenvolvimento sustentável*: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. -3.ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

PEPPER, David. *Ambientalismo moderno*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

PNUMA. ONU Brasil Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php> Acesso em: 8 jun 2010

PROTOCOLO DE KYOTO. ONU Brasil. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_quioto.php> Acesso em: 27 set 2010.